

PODE UMA ANÁLISE PRESCINDIR DO DINHEIRO? CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAGAMENTO NA PSICANÁLISE

Can an Analysis Forgo Money? Payment Considerations in Psychoanalysis

¿Puede un Análisis Prescindir del Dinero? Consideraciones sobre el Pago en Psicoanálisis

Une Analyse Peut-Elle Renoncer a L'argent? Considérations de Paiement en Psychanalyse

10.5020/23590777.rs.v21i1.e8819

Raoni Pereira da Silva Ramos Geraldo

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Nove de Julho.

Eliane Aparecida Costa Dias

Doutora em Psicologia Clínica junto ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Docente junto ao Curso de Formação em Psicanálise e Coordenadora do Núcleo de pesquisa: Psicanálise e Medicina. Coordenadora do Observatório de Gênero, Biopolítica e Transexualidade da Federação Americana de Psicanálise de Orientação Lacaniana (FAPOL/AMP).

Resumo

Este trabalho tem por objetivo discutir a possibilidade de oferecer tratamento psicanalítico para pessoas que não podem pagar monetariamente por uma análise. Para tal, utilizou-se textos de Freud, Lacan e outros autores da psicanálise que discorrem sobre a problemática do dinheiro e do pagamento em uma análise como referencial bibliográfico. Na história do movimento psicanalítico, retoma-se a criação da primeira instituição a oferecer atendimentos gratuitos para pessoas com baixa renda - a Policlínica Psicanalítica de Berlim, fundada por Max Eitingon, engajado pelas ideias de Freud de uma psicanálise aplicada ao social. Focalizando o manejo da questão do pagamento nas instituições psicanalíticas pós-freudianas, discutem-se as normas estabelecidas pela *International Psychoanalytic Association* (IPA) e pelo Centro Psicanalítico de Consultas e Tratamento (CPCT) em Paris, o qual inicialmente era conduzido pelo psicanalista Hugo Freda, no âmbito da Associação Mundial de Psicanálise (AMP), como um modo de posicionamento da psicanálise de orientação lacaniana diante do movimento pela regulamentação das psicoterapias na França. Além disso, buscou-se, na elaboração deste trabalho, uma reflexão sobre a função do pagamento e suas relações com o sintoma e o gozo na direção de um tratamento psicanalítico. Por fim, verificou-se que a questão do pagamento é uma variável fundamental a ser considerada na aposta sobre a efetividade da psicanálise aplicada às instituições.

Palavras-chave: Freud; Lacan; pagamento; psicanálise aplicada.

Abstract

This paper aims to discuss the possibility of offering psychoanalytic treatment to people who cannot afford to pay monetarily for an analysis. To this end, texts by Freud, Lacan, and other authors of psychoanalysis were used, who discuss the problem of money and payment in the analysis as a bibliographic reference. In the history of the psychoanalytic movement, the creation of the first institution to offer free assistance to people with low income is resumed the Berlin Psychoanalytic Polyclinic, founded by Max Eitingon, engaged by Freud's ideas of psychoanalysis applied to the social. Focusing on the management of the payment issue in post-Freudian psychoanalytic institutions, the norms established by the International Psychoanalytic Association (IPA) and the Psychoanalytical Consultation and Treatment Center (CPCT) in Paris are discussed, which was initially conducted by the psychoanalyst Hugo Freda, within the scope of the World Association of Psychoanalysis (AMP), as a way of positioning the psychoanalysis of Lacanian orientation before the movement for the regulation of psychotherapies in France. Besides, in the elaboration of this work, a reflection on the function of payment and

its relationship with the symptom and enjoyment towards a psychoanalytic treatment was sought. Finally, it was found that the issue of payment is a fundamental variable to be considered when betting on the effectiveness of psychoanalysis applied to institutions.

Keywords: Freud; Lacan; payment; applied psychoanalysis.

Resumen

Este trabajo tiene el objetivo de discutir la posibilidad de ofrecer tratamiento psicoanalítico para personas que no pueden pagar con dinero un análisis. Para eso, fueron utilizados textos de Freud, Lacan y otros autores del psicoanálisis que hablan sobre la problemática del dinero y del pago en un análisis como referencial bibliográfico. En la historia del movimiento psicoanalítico, se retoma la creación de la primera institución a ofrecer atendimientos gratuitos para personas con pocos recursos - la Policlínica Psicoanalítica de Berlín, creada por Max Eitingon, comprometido con las ideas de Freud de un psicoanálisis aplicado al social. Con enfoque en la gestión de la cuestión del pago en las instituciones psicoanalíticas post-freudianas, se discuten las reglas establecidas por la International Psychoanalytic Association (IPA) y por el Centro Psicoanalítico de Consultas y Tratamiento (CPCT) en París, lo cual inicialmente era conducido por el psicoanalista Hugo Freda, en el ámbito de la Asociación Mundial de Psicoanálisis (AMP), como un modo de posicionamiento del psicoanálisis de orientación lacanianiana ante el movimiento por la reglamentación de las psicoterapias en Francia. Además de esto, se buscó, en la elaboración de este trabajo, una reflexión sobre la función del pago y sus relaciones con el síntoma y el gozo en la dirección de un tratamiento psicoanalítico. Por fin, fue verificado que la cuestión del pago es una variable fundamental a ser considerada en la apuesta sobre afectividad del psicoanálisis aplicada a las instituciones.

Palabras clave: Freud; Lacan; pago; psicoanálisis aplicado.

Résumé

Cet article vise à discuter de la possibilité d'offrir un traitement psychanalytique aux personnes qui n'ont pas les moyens de payer pour une analyse. À cette fin, des textes de Freud, Lacan et d'autres auteurs de la psychanalyse ont été utilisés pour discuter du problème de l'argent et du paiement dans une analyse dont la méthodologie est la référence bibliographique. Dans l'histoire du mouvement psychanalytique, on reprise la création de la première institution à offrir une assistance gratuite aux personnes à faible revenu - la Polyclinique psychanalytique de Berlin, fondée par Max Eitingon, engagée par les idées de Freud d'une psychanalyse appliquée au social. Cet article observe la question du paiement dans les institutions psychanalytiques post-freudiennes et discute les règles établies par l'Association psychanalytique Internationale (API) et le Centre psychanalytiques de consultation et de traitement (CPCT) à Paris, qui étaient initialement mené par le psychanalyste Hugo Freda, dans le cadre de l'Association mondiale de psychanalyse (AMP), comme moyen de positionner la psychanalyse lacanienne face au mouvement de régulation des psychothérapies en France. Par ailleurs, on a recherchée dans ce travail, une réflexion sur la fonction de paiement et ses relations avec le symptôme et la jouissance vers un traitement psychanalytique. Enfin, il a été constaté que la question du paiement est une variable fondamentale à prendre en compte pour constater l'efficacité de la psychanalyse appliquée aux institutions.

Mots-clés: Freud ; Lacan ; paiement ; psychanalyse appliquée.

No início deste artigo, serão discutidas as ideias de Freud (1913/2006b) sobre a renúncia à possibilidade de um tratamento psicanalítico sem a presença do dinheiro, pois as resistências dos pacientes aumentariam. No entanto, Gurgel (2014) afirma que Freud atendeu gratuitamente notáveis casos, como a filha de Breuer, a governanta Lucy, a jovem Katharina, o pai do pequeno Hans, entre outros.

Os impactos da Primeira Guerra Mundial evocaram em Freud (1919/2006d) a necessidade da construção de clínicas públicas para os pobres e para as pessoas que sofreram os efeitos traumáticos da guerra, nas quais os atendimentos seriam gratuitos e teriam a participação dos setores públicos da sociedade.

Inspirado pelo desejo freudiano de ampliar os tratamentos psicanalíticos para as camadas mais pobres da sociedade, em 1920, Max Eitingon fundou a Policlínica Psicanalítica de Berlim. Além de oferecer atendimentos gratuitos, a Policlínica de Berlim foi essencial para a formação de analistas eminentes, como Melanie Klein, Wilhelm Reich, Helene Deutsch, Franz Alexander, Michael Balint e Otto Fenichel (Plon & Roudinesco, 1998).

Seguindo com a discussão de iniciativas pós-freudianas de manejo da questão do pagamento, serão abordadas as normatizações da IPA e a padronização do tratamento psicanalítico com a definição de regras standard. Também será

abordada a iniciativa dos Centros Psicanalíticos de Consulta e Tratamento, que se iniciaram na França e se propagaram em diversas unidades ao redor do mundo. Um dos objetivos dos CPCTs era oferecer a psicanálise aplicada à terapêutica para pessoas que não poderiam pagar por uma análise nos formatos convencionais da psicanálise pura.

Serão retomadas as ideias de Freud (1917/2006c) a respeito das equivalências simbólicas para demonstrar a importância do dinheiro e do pagamento no manejo de uma análise. Busca-se também ampliar a reflexão, articulando a questão do pagamento às ideias de Lacan (1962-63/2005) sobre o conceito de objeto *a* e de gozo como cruciais na direção de um tratamento psicanalítico.

Por fim, neste artigo será descrita a experiência de uma prática clínica a partir do voluntariado em um serviço que oferece atendimentos psicológicos com um modo de pagamento diferente do modelo convencional instituído na clínica, interrogando-se sobre a eficácia da psicanálise aplicada em uma instituição como um dos meios para tratar as pessoas que não têm dinheiro para custear o atendimento psicológico.

Freud e a Renúncia da Gratuidade na Análise

Freud (1900/2006a), ao relatar o sonho de uma jovem cuja família era contrária à continuação do tratamento psicanalítico, descreve que ela sonhou que seus parentes a proibiam de permanecer em análise e recordou-se que ele havia prometido que, se fosse necessário, continuaria o tratamento sem cobrar.

O psicanalista contrapõe-se à jovem: “Não posso fazer nenhuma concessão em questões de dinheiro” (Freud, 1900/2006a, p. 191). No que diz respeito aos honorários, por meio desse fragmento da análise de um sonho, percebe-se que Freud não permitia que o dinheiro fosse excluído do pagamento de uma análise.

No período de 1911 até 1915, Freud produziu “*Artigos sobre técnica*”, no qual, por meio de seis textos, demonstrava preocupação com os fundamentos da técnica psicanalítica na formação dos analistas iniciantes. Entre os textos, está *Sobre o início do tratamento* (1913/2006b), artigo em que destaca a importância do pagamento em uma análise.

Neste texto, Freud (1913/2006b) afirma ter-se empenhado ao compilar, para os praticantes de psicanálise, algumas regras essenciais para o início de um tratamento psicanalítico. Entre elas, destaca a relevância das negociações dos honorários com o paciente, uma questão crucial que o analista precisaria manejar para que o tratamento fosse efetivo.

Segundo Freud (1913/2006b), é inquestionável que o dinheiro deva ser avaliado como um modo de garantir a sobrevivência para um psicanalista, assim como um meio de acumular bens materiais. Contudo afirma que, concomitantemente a esses fatores, significativos elementos libidinais estão relacionados ao valor do pagamento estabelecido em uma análise.

Para o criador da psicanálise (1913/2006b), em assuntos relacionados ao dinheiro, os cidadãos civilizados comportam-se igualmente como nos temas sexuais: com vergonha e hipocrisia. Reforça Freud (1913/2006b) que o psicanalista, desde o tratamento de ensaio, deve opor-se a esse comportamento e tratar de modo corriqueiro as questões relativas ao dinheiro e ao sexo, atestando que, ao comunicar o valor de um tratamento psicanalítico, não há pudor ao tratar desses temas.

Freud (1913/2006b) relata que, por uma década, dedicou-se à realização de atendimentos gratuitos, por uma ou duas horas do dia, com o objetivo de adentrar o campo das neuroses, tendo em vista a possibilidade de menores resistências. No entanto não surgiram os benefícios esperados e, ao contrário do que julgava, os atendimentos gratuitos acentuaram as resistências dos neuróticos ao trabalho analítico.

Segundo Sigmund Freud (1913/2006b), nas jovens mulheres desenvolveu-se um impulso característico da transferência erótica com o psicanalista e, nos rapazes, uma aversão à atribuição de reconhecimento ao psicanalista, objeção proveniente das relações conflituosas com a imago paterna, constituindo-se como uma grande barreira na sujeição ao trabalho psicanalítico, mesmo diante de uma urgência psicológica.

Assim, ele conclui (1913/2006b) que o dinheiro tem o efeito de ser o regulador do tratamento, e que a sua falta tem duas consequências: as relações do paciente se distanciam da realidade e o paciente carece de intensa motivação para se empenhar na conclusão de uma análise.

Nesse período do desenvolvimento das regras técnicas para o início do tratamento, Freud (1913/2006b) exprime grande pesar pelo fato da psicanálise ser pouco acessível a uma significativa parcela da população – as pessoas com baixo poder aquisitivo. Porém, afirma ser incapaz de reparar esse infortúnio. Nota-se que ele atribuía importância ao dinheiro tanto para o paciente no percurso de uma análise como para a pessoa do psicanalista diante da sua vida pessoal.

A forma como o criador da psicanálise aborda a relação entre a condição socioeconômica e a saúde psíquica é curiosa. Segundo Freud (1913/2006b), devido aos esforços do trabalho para garantir a sobrevivência, no pensamento popular, acredita-se que os pobres não são afetados pelas neuroses. No entanto, a partir de sua experiência, não hesita em afirmar que, quando uma pessoa pobre é afetada por uma neurose, alguns obstáculos a impedem de ser curada.

O principal impedimento reside na existência de um ganho secundário com o sintoma, isto é, o sujeito obtém alguma vantagem e satisfação pulsional ao permanecer em sua doença, que lhe permitiria, por exemplo, o afastamento das suas

atividades laboriosas. Freud (1913/2006b) afirma ter encontrado, eventualmente, pessoas pobres em cujo tratamento gratuito não encontrou nenhuma das dificuldades relatadas, sendo sujeitos dignos de ser tratados pela psicanálise, pois não eram responsáveis por sua vida miserável.

No que diz respeito aos ricos, os custos relacionados aos honorários do tratamento psicanalítico não eram exorbitantes quando comparados às frequentes despesas oferecidas aos tratamentos hospitalares. Por meio dos efeitos terapêuticos da psicanálise, o paciente também pode recuperar sua saúde e estabilidade. Conclui Freud: “Nada na vida é tão caro quanto a doença e a estupidez” (1913/2006b, p. 148).

A Policlínica Psicanalítica de Berlim

A regra do pagamento na análise somente se modifica no decorrer da guerra de 1914, cujos efeitos assombrosos impulsionaram em Freud uma mudança de posição, estando mais preocupado com o social do que com os princípios psicanalíticos. Com o fim da guerra, Freud se queixa de não ser capaz de ajudar as pessoas desprovidas de recursos financeiros que padeciam das neuroses (Goya, 2014).

Durante o 5º Congresso Psicanalítico Internacional, realizado em Budapeste em período próximo do fim da Primeira Guerra Mundial, Freud pronuncia para o público o célebre “Discurso de Budapeste”, que resultaria no artigo *Linhas de progresso na terapia psicanalítica* (Freud, 1919/2006d), em que manifesta apoio ao direito dos pobres de receber tratamentos médicos e psicológicos.

Freud (1919/2006d) acreditava que estava prestes a acontecer o surgimento de uma consciência social, direcionada pelos direitos dos pobres a auxílio no tratamento das doenças psíquicas, tal como ocorria com o tratamento das doenças orgânicas. Freud vislumbrava um tempo em que existiriam entidades ou consultórios particulares que estariam encarregados de tratar gratuitamente a população pobre com a finalidade de diminuir o sofrimento psíquico.

Percebe-se que, para Freud (1919/2006d), assim como as doenças orgânicas, também as neuroses afetam a saúde pública e debilitam os indivíduos. Pelas circunstâncias difíceis após a Primeira Guerra Mundial, essas clínicas gratuitas talvez demorassem a existir. No entanto, devido à urgência, chegaria um momento que o Estado reconheceria a importância dessa assistência aos pobres afetados por doenças psíquicas.

Dessa forma, Freud afirma: “Provavelmente essas instituições iniciar-se-ão graças à caridade privada. Mais cedo ou mais tarde, contudo, chegaremos a isso. Defrontar-nos-emos, então, com a tarefa de adaptar a nossa técnica às novas condições” (1919/2006d, p. 181).

Em 1923, no artigo *Prefácio ao relatório sobre a Policlínica Psicanalítica de Berlim*, prestou homenagem ao seu amigo Max Eitingon pela criação da Policlínica Psicanalítica de Berlim, cuja existência se manteve graças ao emprego dos recursos financeiros de seu próprio criador. Freud (1923/2006e) enfatizava o desejo de deparar-se com outras pessoas ou entidades com a mesma iniciativa de seu amigo.

Max Eitingon (1881-1943), psiquiatra e psicanalista polonês, ao concluir o curso de medicina, em 1909, trabalhou como assistente na famosa clínica Burghölzli de Zurique, onde conheceu Carl Gustav Jung e Karl Abraham, tendo nutrido pelo último uma forte relação de amizade (Kaufmann, 1996).

Em 1919, estimulado pelo desejo de Freud de uma psicanálise que incluísse as camadas mais pobres da sociedade, Max Eitingon expôs à Sociedade Alemã de Psicanálise o projeto de uma policlínica psicanalítica que iniciaria suas atividades em Berlim no ano de 1920 (Kaufmann, 1996).

Segundo Plon e Roudinesco (1998), Max Eitingon custeou financeiramente a Policlínica Psicanalítica de Berlim até o ano de 1929 e coordenou-a de 1920 até 1925, com Karl Abraham, e, posteriormente, com Ernst Simmel, até 1933. Essa policlínica inaugurou o modo de oferecer tratamento psicanalítico a uma camada maior e mais pobre da população, sendo referência para outras instituições ao redor do mundo.

Por aproximadamente treze anos, Max Eitingon se encarregou do acolhimento e da admissão dos pacientes. Além de oferecer atendimento gratuito para pessoas de baixa renda, a Policlínica Psicanalítica de Berlim também se caracterizava como um local de supervisão dos analistas, tendo contribuído para a formação teórica da maior parte dos notáveis psicanalistas da segunda geração, entre eles: Melanie Klein, Wilhelm Reich, Karen Horney, Helene Deutsch, James e Alix Strachey, Franz Alexander, Michael Balint, Hanns Sachs e Otto Fenichel (Plon & Roudinesco, 1998).

A Policlínica Psicanalítica de Berlim, sob a iniciativa original de Max Eitingon, ao oferecer atendimentos gratuitos, possibilitou a popularização da psicanálise aplicada à terapêutica.

As Normas quanto ao Pagamento na IPA

A Associação Psicanalítica Internacional (IPA) foi fundada por Ferenczi e Freud em 1910, em Nuremberg, na Alemanha. Entre 1910 e 1925, foi somente uma organização responsável pelo gerenciamento dos diversos coletivos espalhados ao redor do mundo, que usufruíam de grande autonomia no que diz respeito à formação dos analistas (Plon & Roudinesco, 1998).

No período de 1925 a 1933, sob a direção de Karl Abraham, a IPA modificou drasticamente sua característica ao ser instituída a exigência da análise didática e da supervisão. A partir de então, converteu-se em uma associação centralizadora, fadada à elaboração de normas para a formação e admissão de analistas, além de assumir a tarefa de padronizar os tratamentos psicanalíticos e de impedir a formação dos analistas “selvagens”. Pode-se citar, por exemplo, a regra de negar a prática psicanalítica aos homossexuais, iniciada em 1921, e que permaneceu inalterada até o Congresso de Santiago, realizado em 1999 (Lander, 2010).

Pautada em regras conservadoras, a IPA se fundamenta na interpretação e transmissão das teorias de Freud e da psicanálise, aceitando no seu cerne, concomitantemente, as diferenças dogmáticas e todas as abordagens teóricas que se relacionam com o freudismo. Contudo, não permite o rompimento das regras técnicas, que se definem pela imposição, a todo candidato à profissão de psicanalista, que se sujeite a uma análise didática, cuja duração e regularidade são estabelecidas e fiscalizadas por comitês. Designada como uma prática *standard* da psicanálise, a sessão tem a duração determinada de 50 minutos, realizada quatro vezes por semana e com a supervisão de analistas reconhecidos pela IPA (Plon & Roudinesco, 1998).

Lander (2010), em *Cem anos da IPA*, afirma que surgiu, durante a década de 50, na França, um movimento psicanalítico que provocaria perturbações e um demasiado impacto dentro da IPA. Em Paris, Jacques Lacan (1901 – 1981) estava apreensivo com o destino da psicanálise devido às aproximações com a “Psicologia do Ego”, e também temia que essa influência transformasse a psicanálise em uma análise da consciência. Desse modo, iniciou um movimento psicanalítico que propunha um “retorno a Freud”.

Esse movimento provocou um alvoroço intenso na França e na Europa. Além disso, Lacan alterou o *setting* analítico com uma técnica denominada de “corte da sessão”, que consistia na interrupção da sessão quando o analista julgasse pertinente, segundo o fluir da fala do paciente. Logo, a sessão obedecia ao tempo lógico do inconsciente, e não ao tempo cronológico dos 50 minutos estabelecidos pela IPA. Segundo Lander (2010), essa modificação no *standard* do tempo da sessão foi uma das razões fundamentais para a expulsão de Lacan da IPA.

Em 2002, a IPA, sob a presidência de Otto Kernberg, apresentou um projeto inicial (*outreach*) às instituições psicanalíticas para a elaboração de um programa de ampliação da psicanálise “extramuros” que consistia em tornar mais acessíveis os atendimentos psicanalíticos às comunidades desfavorecidas da sociedade (Mattos et al., 2016).

Diante da proposta de psicanálise “extramuros”, surge o Centro de Atendimento Psicanalítico (CAP), que é um projeto da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), filiada à IPA, baseado no conceito de responsabilidade social e oferta de atendimentos psicanalíticos à população. No entanto, o CAP sugere o valor mínimo de R\$500,00 mensais para duas sessões semanais – e esse valor mensal pode aumentar caso a coordenação julgue necessário o encaminhamento para uma psicanálise *standard*, com quatro sessões semanais (Mattos et al., 2016).

Segundo Mattos et al. (2016), somente 30% das pessoas que procuram o serviço de atendimento do CAP são realmente direcionadas para um analista, porque os demais (70%) não dispõem de recursos financeiros para pagar o valor mínimo. Além disso, outro dado importante é a resistência dos analistas do CAP, que se recusam a oferecer atendimento psicanalítico com preços abaixo do valor estabelecido, ainda que a quantidade de sessões seja inferior ao que é indicado pela coordenação. As pessoas que não podem pagar os valores estabelecidos pelo CAP são encaminhadas pela assistente social para outros institutos, que oferecem atendimentos gratuitos ou com preços mais reduzidos (Mattos et al., 2016).

Será que podemos caracterizar essa “psicanálise extramuros” como uma prática psicanalítica acessível à população? Mesmo diante de um valor mínimo estabelecido em R\$500,00, como entender a resistência dos analistas em atender por um preço abaixo do valor sugerido e o encaminhamento para outras instituições?

O posicionamento da IPA sobre o valor da sessão está no avesso da psicanálise de orientação lacaniana, tendo em vista que, quando se diz que uma análise tem alto custo, isto se endereça ao singular e o analisando custeia a análise dentro das suas possibilidades financeiras, que não correspondem a uma tabela fixa de honorários. Isto não é uma regra, mas geralmente o analista lacaniano pede ao analisando que pague o máximo que puder pagar, pois ele saberá se o valor da sessão é elevado e compatível com a sua renda financeira (Sinatra, 2017).

O Centro Psicanalítico de Consultas e Tratamento (CPCT)

Cem anos após o nascimento da psicanálise, diversos psicanalistas manifestaram inquietações sobre o destino da psicanálise no início do novo século. A preocupação com as intensas e constantes rejeições à Freud e às teorias psicanalíticas ocorria em concomitância à ascensão da terapia cognitiva comportamental (TCC) (Rodrigues, 2016) e à banalização da

utilização dos medicamentos psicotrópicos, oferecidos como panaceia aos sofrimentos humanos fundamentados no discurso da ciência. Todas essas variáveis proporcionavam as justificativas para o Estado se esforçar por regulamentar, centralizar ou limitar a prática da psicoterapia, incluindo a psicanálise, principalmente na França.

Em 1999, surge, na França, uma discussão investida pelo Estado com a finalidade de avaliar, regulamentar e submeter os procedimentos psicoterapêuticos ao domínio do saber médico. Esse debate alcançou seu auge em 2003, com aprovação do projeto de lei nomeado como “Emenda Accoyer”, concebido pelo deputado Bernardo Accoyer, com a finalidade de regulamentar as práticas psicoterápicas e determinar as qualificações essenciais para exercer a função (Rodrigues, 2016).

Esse debate pretendia incluir a psicanálise como mais uma prática psicoterapêutica. A proposta era que as instituições psicanalíticas concedessem uma listagem com o cadastro dos seus integrantes, comprometendo-se com a tarefa de comunicar ao Estado quem estava apto à prática da psicanálise.

Segundo Rodrigues (2016), a proposta foi aceita por diversas instituições, inclusive a IPA. No entanto, seguindo a orientação lacaniana, a *École de la Cause Freudienne* (ECF) não só rejeitou o pedido, como também convocou para um grande fórum de discussões, organizado por Miller, inúmeras instituições de psicanálise, psicólogos e demais profissionais envolvidos. Logo, uma grande inquietação com o destino da psicanálise começa a ser manifestada em textos, seminários e eventos, atingindo outros países. Durante o II Congresso da Associação Mundial de Psicanálise (AMP), realizado em julho de 2002 na cidade de Bruxelas, foi apresentado o Programa Internacional de Investigação sobre a Psicanálise Aplicada de Orientação Lacaniana (PIPOL). Ademais, também foram iniciados projetos de redes de instituições associadas ao Campo Freudiano, como a Rede de Instituições de Psicanálise Aplicada (RIPA) e a Rede Internacional de Instituições Infantis (RI3) (Rodrigues, 2016).

Preocupados com o futuro da psicanálise, diante das ofensivas que recebiam dos seus críticos sobre a avaliação das psicoterapias na França, os analistas se mobilizaram para garantir a prática psicanalítica no começo dos anos 2000. A proposta do Centro Psicanalítico de Consultas e Tratamento (CPCT) surge como uma possibilidade de ampliar o acesso da população aos atendimentos psicanalíticos, assim como a um campo de formação e pesquisa de psicanalistas (Rodrigues, 2016).

Em março de 2003, iniciava-se o CPCT, em Paris, subsidiado pela *École de la Cause Freudienne* (ECF). Localizado na Rua Chabrol de Paris, tendo como diretor o psicanalista Francisco Hugo Freda, o CPCT era acessível a crianças, adolescentes e adultos (Freda, 2004). Existiam diversas unidades, espalhadas pela França e a Espanha, além de instituições filiadas à RIPA em outras localidades do mundo (Miller, 2008). O objetivo do CPCT inseria-se no campo da psicanálise aplicada à terapêutica. Assim, alteraram-se princípios psicanalíticos norteadores do tratamento, como a duração e o pagamento. A duração passou a ser determinada e planejada, e o pagamento, por sua vez, foi abolido tanto para o paciente quanto para o analista (Miller, 2008).

Para Horne (2007), uma particularidade do CPCT consistia na aproximação direta da psicanálise aplicada à terapêutica com o social. De modo a sustentar esse laço com o social, seu funcionamento desenvolveu outra particularidade: os analistas que possuíam um maior percurso na psicanálise e em sua própria análise eram os responsáveis por realizar as primeiras consultas, efetuar o diagnóstico e determinar as possibilidades de tratamento.

A psicanálise aplicada fundamenta-se no deslocamento dos conceitos psicanalíticos utilizados na extraterritorialidade. É preciso observar, contudo, que não se trata apenas de uma mudança na restrição do enquadre, às vezes confundido com a clínica (enquanto local onde o analista exerce sua atividade), uma vez que os efeitos psicanalíticos desdobram-se não somente pelo enquadre do dispositivo, mas principalmente pelo discurso analítico (Miller, 2008).

Portanto, para Miller (2008), a instauração do ato analítico é oriunda do engajamento do analista em sua própria análise. Essa experiência possibilita se direcionar para outros territórios além do consultório, voltando-se, em especial, às instituições.

As diferenças entre a psicanálise pura e a psicanálise aplicada são sutis. A primeira é uma psicanálise que dirige o sujeito, ao final de análise e ao passe e tem como produção um analista. A segunda, por sua vez, trata-se de uma psicanálise aplicada ao sintoma. Sua maior divisão consiste na distinção entre sintoma e *sinthoma*, já que a psicanálise pura se fundamenta na concepção de que o sintoma inclui a fantasia e também a marca singular de gozo, isto é, o *sinthoma* (Miller, 2017).

Como afirma Miller (2008), sabe-se que, na história do movimento psicanalítico, existiram outras instituições que ofereciam atendimentos gratuitos, como a mencionada Policlínica Psicanalítica de Berlim. No entanto nunca existiu uma instituição em constante expansão como o CPCT, que alcançou diversas regiões do mundo.

Tendo em vista que o tratamento no CPCT tinha duração de quatro meses, segundo Cottet (2005), essa experiência desempenharia a função das entrevistas preliminares, podendo possibilitar ao paciente os efeitos de uma divisão subjetiva que poderia levá-lo à análise. Logo, a função do CPCT seria a mediação, a possibilidade de báscula da necessidade de um atendimento psicológico para uma demanda própria de análise.

Segundo Miller e Forbes (2008), durante seus três anos iniciais, o CPCT de Paris foi financiado pela Escola e, posteriormente, subsidiado pelo que conseguisse adquirir de recursos financeiros. Essa modalidade de consultas e tratamento se multiplicou, e diversas unidades foram instauradas em países como Bélgica, Espanha, Itália, Brasil e Argentina, entre outros.

Após os primeiros cinco anos dessa ação lacaniana, produziu-se uma grande disseminação dos CPCT, e muitos psicanalistas se mostraram implicados nessa forma de aplicação da psicanálise na cidade. No entanto essa expansão

engendrou um paradoxo: para a manutenção do projeto na cidade, com sua característica de gratuidade, seria necessário submeter-se aos subsídios fornecidos pelo Estado (Miller & Forbes, 2008).

Para Miller (2011), a gratuidade dos atendimentos estava demarcada por sua duração limitada, mas a necessidade de contar com subsídios do Estado acabava por interceder entre o psicanalista e população atendida. Assim, na contundente conclusão de Miller, o psicanalista estaria dividido entre servir ao discurso do mestre ou ao discurso do analista. O discurso do mestre é o avesso da psicanálise, estando na extremidade contrária ao do discurso do analista por ser um discurso que tende à dominação.

Miller (2011) afirma que o psicanalista não deve se incluir no laço social estabelecido pela dominação do discurso do mestre, o qual identifica o paciente como um transtorno dentro de uma classificação universal e propicia a idealização da crença na saúde mental. O manejo do pagamento (ainda que gratuito), assim como a duração limitada do tratamento, apenas pode ser efetivo quando o analista, por meio do ato analítico, busca encontrar a diferença absoluta de cada paciente, isto é, a sua singularidade.

Rodrigues (2016) afirma que, atualmente, ainda existem CPCTs em atividade, contudo a divulgação e a produção de trabalho são menores quando comparados à época de seu surgimento. O decréscimo do entusiasmo com a iniciativa deveu-se à constatação do risco de que o investimento com a psicanálise aplicada se tornaria maior do que com a psicanálise pura, o que poderia produzir prejuízos na formação do analista por se adequar ao discurso do mestre, isto é, ao servir aos ideais do Estado, que financiava as atividades do CPCT, existiria a possibilidade de o analista deslizar de uma psicanálise aplicada para uma psicoterapia.

A Equivalência entre o Pagamento e a Perda de Gozo

Na teoria freudiana, embora não definido como um conceito fundamental, o falo é um operador central para a lógica clínica. A primazia do falo não pode ser confundida com uma pressuposta hegemonia do pênis. O que a criança verifica com uma parte destacável em alguns seres e a sua inexistência em outros não é o pênis enquanto órgão genital, mas a sua representação psíquica (Nasio, 2012).

Por esse motivo, Nasio (2012) afirma que, no complexo de castração, o menino afasta-se de sua mãe com a angústia de ter o seu órgão mutilado por uma suposta ameaça paterna. Já a menina se angustia e se sente castrada por não possuir esse órgão, como os meninos. Logo, o falo é um símbolo de poder e um significante do desejo.

Segundo Freud (1917/2006c), as noções de fezes, bebês e dinheiro, no inconsciente, são equivalentes e não se diferenciam, como se fosse possível deslocar de um ao outro, “pois as fezes são a primeira dádiva da criança, uma parte do seu corpo que ela somente dará a alguém que ama, a quem, na verdade, fará uma oferta espontânea como sinal de afeição” (1917/2006c, pp. 138-139).

O que Freud aponta é a possibilidade de, no psiquismo, outros objetos entrarem em série na posição de equivalentes ao falo enquanto representação de um valor, de uma potência. Fezes, bebês, dinheiro, entre outros, são objetos que caem e estão circunscritos pela castração (Quinet, 1991/2013).

Na série dos objetos experienciados, as fezes são, para as crianças, objetos de demasiada importância e interesse. Ao ceder as fezes para algum adulto, principalmente para os pais, esses dejetos adquirem o significado de uma dádiva. Na cultura popular, expressões como “podre de rico” são utilizadas para se referir aos indivíduos afortunados pelo dinheiro (Freud, 1917/2006c).

O dinheiro associado ao desejo entra no circuito pulsional pela via da falta, fazendo parte da equivalência simbólica proposta por Freud. Segundo Quinet (1991/2013), além de ser um objeto imaginário marcado pela falta, o dinheiro possibilita um ciframento de gozo, como demonstrado no caso “O homem dos ratos”. Os ratos, para esse sujeito, adquirem o significado de dinheiro por meio da homofonia em alemão (Ratten = ratos e Raten = prestações).

Dessa forma, com Freud, o dinheiro entra na cadeia significativa como substituto do objeto que remete à falta, ou seja, à castração, assim como os objetos que são destacáveis no corpo. Lacan, em sua releitura de Freud, a partir da linguística e da noção de estrutura, toma o falo como um significante – que vela e presentifica a falta. No *Seminário X: A angústia* (1962-63/2005), articula o falo com sua conceitualização do objeto pequeno *a*, objeto causa do desejo.

O objeto *a* advém como um resto na relação entre o ser falante e o Outro, isto é, provém de um corte ocasionado pela entrada do significante no real do corpo. O sujeito é efeito da linguagem e o objeto *a* é o que cai dessa operação, ou seja, a libra de carne é o objeto *a* que surge como uma sobra da operação de divisão que faz com que o sujeito (\$) e o Outro sejam barrados pelo corte do significante (Lacan, 1962-63/2005).

Focalizando o momento inicial da vida, a relação com o Outro é o que assegura a constituição subjetiva, mas é, também, a via inevitável de instauração da experiência da falta, da incompletude, da “não relação”. Nessa experiência de perda, o bebê não perde apenas um pedaço do corpo da mãe (por exemplo, no desmame, o peito materno), mas uma fração do seu próprio corpo. É em vista disso que, para adentrar ao campo da linguagem e advir como um sujeito desejante, é necessário sacrificar uma libra de carne. Logo, os objetos destacáveis do corpo possuem certa relação com o objeto *a*, pois estão separados entre o sujeito e o Outro, de modo que carregam a marca de um extravio e são cedíveis na constituição do sujeito.

A libra de carne, suporte do gozo, é um objeto perdido que jamais poderá ser reencontrado. No entanto, sempre que o sujeito perde a libra de carne, oferece-se como moeda de troca ao Outro. É o gozo absoluto que o sujeito necessita abdicar para se inscrever no campo do Outro (Lacan, 1962-63/2005).

Segundo Lacan, “algo de separado, algo de sacrificado, algo de inerte, que é a libra de carne” (1962-63/2005, p. 242), mais que perdida, essa moeda de troca é cedida ao Outro. Desse modo, o vivente pode se apresentar perante o Outro não mais como um ser assujeitado, mas como um sujeito barrado que tem alguma coisa para oferecer e pode se situar frente ao Outro.

Como dito anteriormente, o ser falante se constitui em relação ao Outro. Se, por um lado, Freud (1905/2006) define que a constituição do sujeito ocorre em três fases (oral, anal e fálica), por outro lado, Lacan acrescenta mais dois objetos: o olhar e a voz. Para Lacan, “o todo corresponde às cinco formas de perda, de *Verlust*” (1962-63/2005, p. 104).

As cinco formas do objeto pequeno *a* são: o seio, as fezes, o falo, o olhar e a voz, objetos cedíveis via significante na relação com o Outro. Há que se enfatizar que o objeto anal “se revela o primeiro suporte da subjetivação na relação com o Outro, ou seja, aquilo em que ou através de que o sujeito é inicialmente solicitado pelo Outro a se manifestar como sujeito, sujeito de pleno direito” (Lacan, 1962-63/2005, p. 356).

Para Lacan (1962-63/2005), as fezes como partes cedidas ao Outro são experimentados pelo sujeito como um dom de amor. Assim, reforça as ideias de Freud (1917/2006c) sobre as fezes como uma parte do corpo da criança que é oferecida como uma demonstração de afeição somente às pessoas amadas.

O que o neurótico demanda do Outro é uma demanda de amor, de ser reconhecido como aquilo que preenche o que falta ao Outro. O desejo do neurótico desaparece atrás da identificação ao objeto resto *a*, que se revelou em falta no Outro (Salinas, 2015).

Para Salinas (2015), assim é o neurótico: um sujeito que paga com seu sintoma para conservar o seu próprio desejo, no entanto oculto atrás do gozo do Outro. Um tratamento psicanalítico proporcionaria uma abertura para um neurótico renunciar o gozo do seu sintoma e, finalmente, tornar-se capaz de ceder o seu gozo, ao custo de uma perda para aceder ao seu desejo.

Como afirma Lacan (1955/1998a), o dinheiro é o significante mais aniquilador de toda significação, e sabe-se que possui uma função reguladora na mediação das relações materiais dos sujeitos. O dinheiro e/ou pagamento como significante inserido no registro do real “tende a separar o corpo de sua inclusão como objeto de gozo das paixões imaginárias: não se paga com o corpo” (Cichello, 2010, p. 100).

A ausência do pagamento instala na análise algumas resistências, desconfiças e fantasias de dívidas para o analisante, tais como: “O que quer o analista, se não me pede para pagar?”, “Quando a esmola é demais, o santo desconfia”, “Deve atender gratuitamente porque me ama”, entre outros. Afinal, não existe gratuidade: sempre se paga com alguma coisa, seja qual for o modo de retribuição (Cichello, 2010).

O pagamento monetário funciona como regulador e institui um gozo terceiro destituído de toda significação amorosa: distancia esses efeitos, coloca um limite ao gozo e preserva o analista de ser tomado como gozo ou gozar de seus analisantes (Cichello, 2010).

Afinal, para Lacan, no *Seminário II: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise* (1954-55/1985), além de desempenhar a função de comprar objetos, o dinheiro também é apropriado para neutralizar aquilo que ele definia como mais comprometedor do que o valor do pagamento, isto é, dever alguma coisa para alguém.

Em *Televisão*, Lacan (1973/2003) equipara a posição do analista à figura de um santo. Na sua concepção, um santo não realiza caridade, no entanto, ao bancar a posição de semblante de objeto-dejeto, pratica a “descaridade”. Em outras palavras, possibilita ao sujeito do inconsciente tomar o analista como objeto *a*, causa do seu desejo.

Logo, nessa aproximação, o analista seria um santo, rebotalho do gozo que realiza a descaridade. No entanto, quando um santo goza, ele não mais opera. Também os fieis religiosos, para alcançarem uma graça, se endereçam a um determinado santo, que supõem um saber, e lhe prometem que posteriormente à graça alcançada retribuirão com alguma coisa, ou seja, “pagam a promessa” (Lacan, 1973/2003).

De outro modo, poderíamos extrair da aproximação que Lacan (1973/2003) faz dessas duas posições que, para a dimensão do desejo surgir, aquele que busca um santo ou um analista deve ceder algo do seu gozo para alcançar o que deseja, isto é, algum tipo de pagamento está incluído.

No *Seminário VII: A ética da psicanálise*, Lacan (1959-60/2008) formula que existe um preço a pagar para se poder ter acesso ao desejo: é necessário pagar com alguma coisa e essa alguma coisa é denominada gozo. Também pode ser definida como uma operação mística cujo pagamento é efetuado com uma libra de carne, aquilo que se financia pela satisfação do desejo. Reforça Lacan que, pela via do desejo, não é possível ir adiante sem nada pagar.

Na etimologia do verbo pagar, em latim, *pacāre* tem o significado de pacificar, apaziguar e acalmar, e se origina de *pax* e *pacis*, que significam paz e tranquilidade. Em um tratamento psicanalítico, as sessões são pagas e o pagamento, de fato, pacifica, muitas vezes, o gozo do sintoma (Goya, 2014).

Para Lacan (1958/1998b), quando um tratamento psicanalítico é oferecido de modo gratuito, o analisando supõe que o analista retribui o seu amor de transferência. Conforme afirma Cichello (2010), somente o pagamento tem a função de

regular os efeitos das paixões imaginárias do analisante para o analista.

O analisando espera receber amor, já que o analista não tem nada para lhe dar; porém nem mesmo esse nada o psicanalista dá, e ainda cobra, caso contrário isso não seria valioso (Lacan, 1958/1998b). Ao pagar, o analisando cede algo do seu gozo e, dessa forma, o pagamento obtém a função de perturbar as defesas do sujeito (Cárdenas, 2014).

A Psicanálise Aplicada em uma Instituição

Ao contrário de Freud, que equivalia a gratuidade da análise a um aumento de resistência, podemos pensar que, para Lacan (1964/2007), a psicanálise não era indicada para tratar o rico, uma vez que a abundância de dinheiro e a facilidade de conquista dos objetos de consumo poderia incrementar a fantasia de que quase nada lhe falta. O rico tudo compra, mas não paga: a repetição está no ato de comprar, e não na perda do gozo. As colocações de ambos enfatizam a importância do pagamento para que um tratamento analítico ocorra.

Mas e quando o dinheiro falta? Deve o psicanalista recuar diante da falta de dinheiro em uma análise? Frente à condição de pobreza, de miséria e de desemprego poderia existir alguma possibilidade de psicanálise aplicada à terapêutica? Alguma outra aposta que, a princípio, prescinde do dinheiro, mas se serve do pagamento?

Sabe-se que o escritor mexicano Mario Bellatin pagava sua análise com suas obras artísticas. Ao final de cada sessão, entregava para a sua analista um texto como forma de pagamento. Alguns anos depois, quando Bellatin tornou-se um escritor conhecido pelo público, sua analista devolveu os textos com os quais ele pagou os seis meses de análise, e ele os transformou em um livro. Muitos pintores também pagavam suas análises com obras, com quadros, entre outros (Testa & Ambel, 2014).

Françoise Dolto (1908-1988), pediatra e psicanalista francesa, contemporânea de Jacques Lacan, em seu *Seminário de psicanálise de crianças* (1982/2013), apostava em uma proposta de pagamento simbólico nos atendimentos com crianças. Além do pagamento monetário dos pais, solicitava que as crianças pagassem o atendimento com uma pedrinha, uma moeda ou até mesmo uma figurinha.

Dessa forma, Dolto (1982/2013) acreditava que o pagamento simbólico atestava na criança o desejo de ser tratada, diferente da demanda dos pais, e, por isso, era indispensável na direção do tratamento infantil. Relacionava-se, também, com o contrato estabelecido entre a criança e o analista - na ausência do pagamento simbólico, a analista constatava a falta do desejo da criança de permanecer em análise, confirmando essa hipótese.

Nessa perspectiva, o pagamento simbólico não entraria nas equivalências simbólicas de Freud (1917/2006c) sobre o dinheiro, porém situaria a criança na dialética do sujeito, da responsabilidade por seu desejo. “Mas é sempre pela transferência que o trabalho é feito; por isso é preciso pagar pela transferência” (Dolto, 1982/2013, p. 248).

Por outro lado, considerando as “responsabilidades” da psicanálise, ou seja, as relações entre a psicanálise, a cultura e o social, Laurent (2007) sugere que é preciso transitar da posição de um analista crítico para um analista cidadão. O analista crítico era concebido como aquele que permanece estável, reservado em manter sua posição de crítico frente às novas propostas que outros sugerem.

Em contrapartida, o analista cidadão utiliza o discurso analítico para participar do debate democrático, com objetivo de diminuir a segregação mediante a valorização da singularidade de cada sujeito. Por meio de intervenções, opiniões ou de publicações, o analista cidadão precisa estar inserido, principalmente, no campo da saúde mental, no campo da terapêutica, para avaliar determinadas práticas e estar disposto a ser avaliado sem medo dos preconceitos do discurso científico. O analista cidadão deve ser ativo e criativo para contribuir de diversas maneiras, a fim de modificar lugares comuns e sair da posição, anteriormente outorgada por ele, de crítico e excluído do campo da democracia (Laurent, 2007).

O serviço de Psicologia da Paróquia São Luis Gonzaga, localizado na região central de São Paulo, existe desde agosto de 2006. Devido a uma grande busca por acolhimento emocional na paróquia, o psicólogo Paulo César Pereira, em parceria com o Padre Rui Melati, fundou um serviço de psicologia na paróquia. É, sobretudo, uma clínica social, um trabalho laico e voluntário instalado no seio de uma instituição religiosa.

Atualmente, trabalham voluntariamente 30 psicólogos, todos cadastrados no Conselho Regional de Psicologia, com diferentes abordagens teóricas. Essa modalidade de serviço funciona apenas às quintas-feiras, das 07 às 19 horas. O público atendido constitui-se de crianças, adolescentes, adultos, idosos e casais.

Por se tratar de uma clínica social, voltada à população que não tem recursos para buscar o atendimento privado, o pagamento simbólico das sessões é efetuado pelos pacientes com uma caixa de lenços de papel e a duração do tratamento é limitada a doze atendimentos. Essa clínica social é oferecida a pessoas que buscam atendimento psicológico e que, por motivos diversos (pobreza, desemprego, dificuldades financeiras, entre outros), no momento não podem custear uma terapia ou análise nos moldes convencionais, em que o dinheiro é a única forma de remuneração.

Inicialmente, o paciente realiza uma triagem com um psicólogo na instituição, que direciona a demanda para o atendimento psicológico. Ao concluir as doze sessões, o psicólogo oferece a continuidade do trabalho iniciado em seu

consultório, por um valor que seja acessível para o paciente.

Ainda que o dinheiro esteja excluído no tratamento de uma clínica social, entende-se que a caixa de lenços propicia uma possibilidade de pagamento simbólico das sessões. Assim, podemos nos indagar se essa forma de pagamento adquire a função de um semblante de objeto *a* e possibilita um modo de ceder o gozo (Lacan, 1962-63/2005).

Destaca-se, na experiência do Serviço de Psicologia da Paróquia São Luis Gonzaga, que existem pessoas que se deslocaram da instituição para a clínica e permaneceram em análise, pois sentem a necessidade da continuidade do tratamento. A partir de então, o analista convoca o sujeito para dizer quanto pode pagar por uma análise e estabelece um valor para as sessões. À luz desse debate, apresenta-se um fragmento clínico de uma paciente que se deslocou dos atendimentos psicológicos da clínica social para o consultório privado e continua em análise.

Expõe-se o caso Ariel, uma analisante que buscou a clínica social da Paróquia São Luiz Gonzaga para falar dos abusos que sofreu na vida. Desde o princípio, o significante “abusada” era recorrente durante as sessões. Quando iniciou o atendimento na clínica social, estava desempregada e dependia financeiramente do marido, causa de angústia, pois desejava o divórcio.

Relatou, em algumas sessões, tentativas de abuso por parte de um homem próximo à sua família e sua reação foi “apenas observar e nunca contar para ninguém”. Também se queixava da parceria amorosa, pois frequentemente o marido, bêbado, insultava e diminuía sua autoestima, e ela “se sentia abusada, mas não falava nada a ele”.

Ao longo das 12 sessões contratadas foi possível verificar o estabelecimento de uma transferência, a partir da qual o analista convoca o sujeito a perceber suas relações com o Outro e sua implicação com o sofrimento de que se queixava. Ariel consegue uma recolocação profissional e aos poucos se dá conta da sua participação no sintoma de que se queixa.

No caso Ariel, o significante dinheiro apareceu, em sua presença ou ausência, diversas vezes - seja relatando que “o marido tudo pagava, como forma de retribuição pelos danos que lhe causava”, seja em lembranças de sua história, em que o mesmo homem que tentou lhe abusar ofereceu empréstimos em dinheiro (“não sabia se aceitava ou não, por fim, recusei”).

Ao fim das sessões estabelecidas pela clínica social, ofereceu-se a possibilidade de continuidade no tratamento. A analisante compareceu ao consultório, cedeu e se responsabilizou pelo seu gozo monetário, ingressando em uma análise. Visto que se dá conta que as decisões que marcaram sua vida sempre foram atribuídas como culpa do Outro e que não eram percebidas como seu modo de gozo, logo menciona que “precisa se responsabilizar por suas escolhas”.

No caso apresentado, percebe-se a importância do manejo do dinheiro na direção do tratamento, pois, para essa analisante, era o Outro que se satisfazia com o seu sintoma, ou seja, com sua posição de objeto passivo e abusado e, portanto, este era quem deveria “pagar por isso”. A instauração do pagamento constituiu um ponto importante do tratamento, que favoreceu a retificação subjetiva, produzindo uma inversão, já que o gozo está do lado do sujeito e não do Outro. Para Lacan (1966/1998c), o sintoma como formação do inconsciente é responsabilidade do sujeito.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi discutir as possibilidades e os limites da ausência do dinheiro na direção de um tratamento psicanalítico. A Policlínica Psicanalítica de Berlim, sob a iniciativa original de Max Eitingon, possibilitou a popularização da psicanálise aplicada à terapêutica e ao social ao oferecer atendimentos gratuitos.

Porém o dinheiro em uma sessão psicanalítica não servia somente para a remuneração de um serviço prestado, desempenhando também uma função na direção do tratamento. Para Freud (1913/2006b), no valor do pagamento atuam poderosos elementos libidinais, de modo que sua ausência no tratamento aumentaria a resistência dos pacientes, na medida em que impedem a renúncia dos ganhos secundários do sintoma.

A participação em um trabalho voluntário permitiu utilizar a psicanálise aplicada à terapêutica como umas das saídas para um tratamento psicanalítico em que o dinheiro está excluído. A aposta do analista, ao solicitar uma caixa de lenços como forma de pagamento, possibilita que o analisante ceda algo do seu gozo, diferentemente de um atendimento gratuito. Tal como Freud (1913/2006b), também Cichello (2010) afirma uma ampliação da resistência quando existe gratuidade.

Conforme afirma Lacan (1962-63/2005), paga-se com uma libra de carne, que é o suporte do gozo para aceder ao desejo. Nessa experiência em uma clínica social, percebe-se que, além da transferência, fenômeno crucial para qualquer tratamento psicanalítico, o modo de remuneração proporciona ao analisante pagar para falar sobre o seu sofrimento. Logo, o pagamento tem uma função intermediária na análise ao limitar o gozo do analista e, ao mesmo tempo, evitar ao analisante a fantasia de pagar com o seu corpo (Cichello, 2010).

O tratamento psicanalítico em uma clínica social tem seus limites, pois, ainda que exista a possibilidade de utilizar a psicanálise aplicada à terapêutica e iniciar os atendimentos cobrando uma caixa de lenço por sessão, alguns sujeitos não conseguem dar continuidade ao trabalho em um consultório, porque lhes falta o dinheiro.

No entanto essa prática permite um primeiro encontro entre o sujeito que sofre e a escuta do psicanalista, o que nos leva a pensar que a clínica social, assim como outros contextos institucionais, pode funcionar como contexto de inserção e

prática do analista cidadão, criando a possibilidade de instaurar um dispositivo que oferece o encontro com um analista a quem, também, se paga por isso.

Logo, por meio dessa experiência e do referencial bibliográfico, constatou-se que o dinheiro, em um primeiro momento, pode ser prescindido do tratamento psicanalítico; a condição de pagamento, todavia, não. Na aposta da psicanálise aplicada à terapêutica, deve-se servir de alguma forma de pagamento, para que o sujeito ceda algo do seu gozo e possa se implicar com seu sintoma e seu desejo. Concluímos, portanto, que o manejo do pagamento é inerente à ética de um tratamento em psicanálise.

Referências

- Cárdenas, M. H. (2014). El análisis es priceless. *Revista Colofón*, (34), 77-79.
- Cichello, G. (2010). *Función del dinero en psicoanálisis*. Buenos Aires: Letra Viva.
- Cottet, S. (2005). Efeitos terapêuticos na clínica psicanalítica contemporânea. In T. C. dos Santos (org.), *Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada* (pp. 11-40). Rio de Janeiro: Contracapa.
- Dolto, F. (2013). *Seminário de psicanálise de crianças*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1982)
- Freda, H. (2004). A psicanálise na cidade. *Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise*, (51), 25-30.
- Freud, S. (2006a). A Interpretação dos Sonhos (I). In J. Strachey (Ed.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol.4, pp. 13-363). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1900)
- Freud, S. (2006b). Sobre o início do tratamento. In J. Strachey (Ed.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 12, pp. 137-160). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1913)
- Freud, S. (2006c). As transformações do instinto exemplificadas no erotismo anal. In J. Strachey (Ed.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 17, pp. 132-141). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1917)
- Freud, S. (2006d). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In J. Strachey (Ed.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 17, pp. 170-181). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1919)
- Freud, S. (2006e). Prefácio ao relatório sobre a Policlínica Psicanalítica de Berlim. In J. Strachey (Ed.), Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 19, pp. 319). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1923)
- Goya, A. (2014). El dinero en psicoanálisis. *Revista Colofón*, (34), 16-19.
- Gurgel, I. (2014). Dinero: el significante más aniquilador. *Revista Colofón*, 34, 43-47.
- Horne, B. (2007). O que é um CPCT? *Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise*, (60), (pp. 53-56). São Paulo.
- Kaufmann, P. (1996). *Dicionário enciclopédico de psicanálise: O legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1985). *O Seminário, Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-1955)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998a). Seminário sobre “A carta roubada”. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 13-68). Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1955)
- Lacan, J. (1998b). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 591-652). Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1958)

- Lacan, J. (1998c). A ciência e a verdade. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 869-892). Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1966)
- Lacan, J. (2003). Televisão. In J. Lacan, *Outros Escritos* (1973) (pp. 508-543). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (2005). *O seminário, livro 10: A angústia* (1962-1963). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2007). *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise* (1959-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lander, R. (2010). Cem anos da IPA. *Revista Psicanálise*, 12(1), 27-78. Link
- Laurent, E. (2007). O analista cidadão. In E. Laurent, *A sociedade do sintoma* (pp. 141-150). Rio de Janeiro: Contra capa.
- Mattos, L. T. L., TupinambáII, B. M. P, Kurkdjian, C. M, Coimbra, R. E. L., Marchini, S. M. C.; & Zalberg, T. M. (2016). O conceito de responsabilidade social: Uma experiência na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. *Jornal de Psicanálise*, 49(91), 77-89. Link
- Miller, J. A. (2008). Rumo ao PIPOL 4. *Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise*, (60), 07-14.
- Miller, J. A. (2011). A salvação pelos dejetos. In J. A. Miller, *Perspectivas dos escritos e outros escritos de Lacan* (pp. 227-233). Rio de Janeiro: Zahar.
- Miller, J. A. (2017). Psicanálise pura, psicanálise aplicada & psicoterapia. *Opção Lacaniana online nova série*, 8(22), 01-47. Link
- Miller, J. A., & Forbes, J. (2008). Entrevista do momento atual nº1, nº2 e nº3. *Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise*, (61), 05-18.
- Nasio, J. D. (2012). *Lições sobre os 7 conceitos cruciais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Plon, M., & Roudinesco, E. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1997)
- Quinet, A. (2013). *As 4+ 1 Condições da Análise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1991)
- Rodrigues, A. (2016). *A psicanálise e a política de assistência social brasileira: Um diálogo possível?* Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, SC. Link
- Salinas, L. (2015). Culpa, gratitud y gratuidad: La función del pago en la cura. In Universidad de Buenos Aires (Org.), *VII Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología, XXII Jornadas de Investigación XI Encuentro de Investigadores en Psicología del Mercosur*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. Link
- Sinatra, E. S. (2017). El valor de dinero. In E. S. Sinatra, *Las entrevistas preliminares y la entrada en análisis* (pp. 67-92). Olivos: Grama ediciones.
- Testa, A., & Ambel, J. (2014). Entrevista a Alan Pauls. *Revista Colofón*, (34), 55-69.

Como citar:

Geraldo, R. P. S. R., & Dias, E. A. C. (2021). Pode uma Análise Prescindir do Dinheiro? Considerações sobre o Pagamento na Psicanálise. *Revista Subjetividades*, 21(1), e8819. <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i1.e8819>

Endereço para correspondência

Raoni Pereira da Silva Ramos Geraldo
E-mail: raonipereira@outlook.com

Eliane Aparecida Costa Dias
E-mail: eliane4041@hotmail.com

Recebido em: 28/12/2018
Revisado em: 02/05/2020
Aceito em: 20/05/2020
Publicado online: 17/03/2021